

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 34ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em 11/12/2025, em Extrema/MG.

Relação de membros dos plenários - Presentes	
Entidade	Nome
AAP	João José Assumpção de Abreu Demarchi
ABCON	Antonio Carlos dos Santos
AEAP	Maurício Magossi
AEAS	Paulo Takeyama
AFOCAPI	José Rodolfo Penatti
ASSEMAE	Marco Antonio dos Santos
	Martim de França Silveira Ribeiro
	Paulo Roberto Szeligowski Tinel
CETESB	Adriana Salvaia Guimarães Alves
CIESP - DR Campinas	Jorge Antonio Mercanti (P/P Alexandre Luis Almeida Vilella)
CIESP - DR Indaiatuba FIESP	Alexandre Luis Almeida Vilella
CIESP - DR Limeira	Jonas Vitti
Consórcio PCJ	Flávio Forti Stenico
COPASA	Joab Borges Silva
CRBIO-04	Maurício Djalles Costa
EMATER-MG	Marcelina Batista da Costa
FAEMG	Caio Sérgio Santos e Oliveira
FIEMG	Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira
IEF	Raquel Junqueira Costa (P/P Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira)
INEVAT	Francisco A. Moschini
IPSA-C	Rodrigo Hajjar Francisco
	Raquel Eliana Metzner
Melhoramentos Florestal	David Figueiredo Barros do Prado
P.M. de Amparo	Carlos Alberto Martins
	Gilberto Moreira Piassa Filho
P.M. de Camanducaia	Giovanna Caldeira de Souza
P.M. de Campinas	Dario Jorge Giolo Saadi (P/P Marco Antonio dos Santos)
P.M. de Capivari	Vitor Hugo Riccomini
P.M. de Corumbataí	Lucilene de Aquino Siqueira
P.M. de Itapeva	Alexandre Ribeiro de Patto (P/P Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira)

P.M. de Jundiá	Luiz Roberto Del Gelmo
P.M. de Mogi Mirim	Neiroberto Silva
P.M. de Pedreira	Fábio Vinicius Polidoro
	Leonardo Selingardi
P.M. de Piracicaba	Tiago de Mattos Seydell
P.M. de Rafard	Fábio dos Santos
P.M. de Salto	José Geraldo Garcia (P/P Aline Gasparini Hernandes)
P.M. de Santa Bárbara d'Oeste	Laerson Andia Júnior (P/P Leandro Ramalho)
P.M. de Sumaré	Benjamin Bill V. de Souza
P.M. de Vinhedo	Dario Pacheco de Moraes (P/P Andréa Andrade de Campos)
	Andréa Andrade de Campos
Polícia Militar de Minas Gerais	Claudinei Soares Gonçalves (P/P Plínio Pereira Motta)
SAA	Denis Herisson da Silva
SABESP	Aurildo Xavier dos Santos
	Rodrigo Ferraz Moreira
Sec. da Saúde	Luiz Alberto Buschinelli Carneiro
Sec. de Governo e Relações Institucionais	Célio Soares de Souza
SEMAD	Daniel Iscold Andrade de Oliveira (P/P Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira)
SEMIL	André Luiz S. Navarro
SIMESPI	Tatiana Delgado de Souza Koroiva
SINDÁGUA	Adilson Ramos de Souza
Sindicato Rural de Campinas	Luís Fernando Amaral Binda (P/P Nilton Piccin)
Sindicato Rural de Limeira	Nilton Piccin
SP Águas	Felipe Gobet de Aguiar
	Sarah Janaína Menuzzo Quental

Relação dos membros dos plenários com ausência justificada	
Entidade	Nome
AEAN	Edmo José S. Cardoso
Circuito Serras Verdes	José Augusto C. Sena
OAB	Janaína de O. C. e Silva
Rotary International 4590	Luiz Antonio C. e S. Brasi
UNICA	André Elia Neto
P.M. de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel

Ata da 34ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em 11/12/2025, em Extrema/MG.

Ao décimo primeiro dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, nas dependências do 59º Batalhão da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, em Extrema/MG, foi realizada a 34ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), registrando-se a participação de cento e vinte (120) pessoas, entre representantes dos municípios, das organizações civis, dos usuários de recursos hídricos, dos Governos dos Estados de São Paulo e Minas Gerais e do Governo Federal, conforme “Relação dos Membros dos Plenários – Presentes” apresentada acima, bem como do público em geral, registrados em livro de presença próprio. **Composição da mesa dirigente.** Após a recepção dos presentes e leitura da pauta pelo cerimonial, a mesa dirigente dos trabalhos foi composta conforme segue: o Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL; o Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL), e Secretário-executivo adjunto do CBH-PCJ; a Sra. Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira, representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), Presidente do CBH-PJ1 e 1ª Vice-presidente do PCJ FEDERAL; o Sr. Marco Antônio dos Santos, representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE), Vice-presidente do CBH-PCJ e 2º Vice-presidente do PCJ FEDERAL; o Sr. Adilson Ramos de Souza, representante do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgoto do Estado de Minas Gerais (SINDÁGUA), e Secretário-executivo do CBH-PJ1; o Sr. Maurício Djalles Costa, representante do Conselho Regional de Biologia da 4ª Região (CRBIO-04) e Secretário-executivo adjunto do CBH-PJ1; o Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ; representando a Sra. Verônica Sanchez da Cruz Rios, Diretora-presidente da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, o Sr. Gaetan Serge Jean Dubois; representando o Comandante do 59º Batalhão da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, Sr. Júlio César de Campos Silva, o Sr. Edson Lopes Firmino; o Sr. Victor Hugo Riccomini, Prefeito Municipal de Capivari; o Sr. Fábio Vinicius Polidoro, Prefeito Municipal de Pedreira; o Sr. Fábio dos Santos, Prefeito Municipal de Rafard; e o Sr. Carlos Alberto Martins, Prefeito Municipal de Amparo. **1. Abertura.** Dando início a reunião, os componentes da mesa tomaram seus lugares e todos foram convidados a ouvir o Hino

Nacional Brasileiro. **1.1. Saudações iniciais dos membros da mesa.** Na sequência, o cerimonial passou a palavra ao Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ, que saudou os presentes e justificou a ausência do Prefeito de Piracicaba e do Presidente do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL. Destacou o volume recorde de investimentos previstos para 2025, por volta de R\$ 73 milhões, ressaltando ainda as ações em andamento na porção mineira, especialmente no município de Camanducaia, com estudos e futuras intervenções voltadas à conservação de solo e proteção de mananciais, além de iniciativas vinculadas ao Sistema Cantareira. Por fim, registrou a perspectiva de avanço institucional quanto à equiparação da Fundação Agência das Bacias PCJ como entidade delegatária para desempenhar as funções de agência de bacia na porção mineira, destacando o conjunto de ações e investimentos previstos para a região, e desejou um excelente dia de trabalho a todos. Na sequência, o Sr. Gaetan Serge Jean Dubois, da Superintendência de Planos, Programas e Projetos (SPP) da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), agradeceu o convite, destacando o histórico de referência dos Comitês PCJ na gestão de recursos hídricos e manifestou expectativa de continuidade dos avanços, com novos investimentos voltados à garantia da segurança hídrica para as gerações atuais e futuras, desejando êxito no novo ciclo e bom trabalho a todos. Posteriormente, o Sr. Marco Antônio dos Santos, representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE), Vice-presidente do CBH-PCJ e 2º Vice-presidente do PCJ FEDERAL, cumprimentou os membros da mesa e desejou uma reunião profícua a todos. Na sequência, a Sra. Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira, representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), Presidente do CBH-PJ1 e 1ª Vice-presidente do PCJ FEDERAL, deu as boas-vindas aos participantes e manifestou satisfação em receber representantes da porção paulista na região mineira das Bacias PCJ. Registrou agradecimento às instituições mineiras presentes, bem como aos membros da diretoria dos Comitês, ressaltando o cuidado dedicado à porção mineira da bacia, especialmente em razão de sua importância estratégica para o Sistema Cantareira e para a segurança hídrica regional. Por fim, agradeceu a presença dos prefeitos e desejou uma boa reunião a todos. Posteriormente, o Sr. Fábio dos Santos, Prefeito Municipal de Rafard, cumprimentou os membros da mesa e os prefeitos presentes, destacando a importância do apoio recebido e a parceria institucional com a Fundação Agência das

Ata da 34ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em 11/12/2025, em Extrema/MG.

Bacias PCJ e com os Comitês PCJ. Agradeceu a acolhida no município de Extrema e desejou uma reunião produtiva a todos. Na sequência, o Sr. Fábio Vinicius Polidoro, Prefeito Municipal de Pedreira, cumprimentou os membros da mesa e os prefeitos presentes, ressaltando a importância das reuniões dos Comitês PCJ como espaço de cooperação entre municípios e Estados para a promoção do desenvolvimento sustentável regional, colocando o município à disposição para as ações conjuntas, e desejou uma boa reunião a todos. Posteriormente, o Sr. Victor Hugo Riccomini, Prefeito Municipal de Capivari, cumprimentou os membros da mesa e destacou a importância da atuação contínua dos Comitês PCJ e da Fundação Agência das Bacias PCJ na coordenação de investimentos estratégicos para a região, como a contemplação do município com o estudo de macrodrenagem e revisão do plano de saneamento. Destacou, por fim, a relevância de tratar a água como recurso estratégico e desejou uma boa reunião a todos. Na sequência, o Sr. Carlos Alberto Martins, Prefeito Municipal de Amparo, cumprimentou os membros da mesa e parabenizou a atuação dos Comitês PCJ e da Fundação Agência das Bacias PCJ, destacando a relevância dos investimentos viabilizados para o município. Agradeceu ao município de Extrema pela acolhida, e colocou o município de Amparo à disposição para sediar futuras reuniões dos Comitês PCJ, desejando uma boa reunião a todos. Posteriormente, o Sr. Adilson Ramos de Souza, representante do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgoto do Estado de Minas Gerais (SINDÁGUA) e Secretário-executivo do CBH-PJ1, cumprimentou os presentes e destacou a relevância do trabalho desenvolvido pelos Comitês PCJ na garantia de água em quantidade e qualidade para a sociedade, com a importância da atuação dos trabalhadores e da sociedade civil na proteção dos mananciais e na manutenção dos serviços de saneamento, registrando preocupação com o processo de desestatização da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) em discussão. Agradeceu à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais pela cessão do espaço, e desejou uma reunião produtiva a todos. Na sequência, o Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-Executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou a existência de quórum nos três comitês, e solicitou a projeção da lista de presença, orientando os participantes quanto à verificação de eventuais inconsistências no registro. O Sr. Denis Silva destacou as conquistas alcançadas no

ano de 2025, como os volumes recordes de investimento e a aprovação do reajuste da cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Parabenizou os coordenadores das Câmaras Técnicas pelos trabalhos desenvolvidos ao longo do ano, e registrou preocupação com o cenário de estiagem e com os níveis do Sistema Cantareira, alertando para a necessidade de acompanhamento atento das condições hidrológicas. Na sequência, passou a palavra ao Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL) e Secretário-executivo adjunto do CBH-PCJ para manifestação sobre o tema. O Sr. André Navarro, cumprimentou a diretoria colegiada dos Comitês PCJ e prefeitos presentes. Pontuou a situação delicada do Sistema Cantareira, com níveis ainda baixos e previsões de precipitações abaixo da média, ressaltando a necessidade de cooperação entre usuários e poder público. Reiterou, em nome da Agência de Águas do Estado de São Paulo (SP Águas), o compromisso com o cumprimento das regras de outorga vigentes, especialmente quanto às vazões descarregadas, visando garantir segurança hídrica no período. Destacou ainda a importância das obras das barragens de Pedreira e Duas Pontes para o fortalecimento da segurança hídrica regional, e desejou uma ótima reunião a todos. **2. Assinatura de contratos e convênios.** O cerimonial deu prosseguimento à pauta com a condução do ato de assinatura dos contratos e convênios. Para compor a mesa de acompanhamento das assinaturas, foram convidados a Sra. Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira, representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), Presidente do CBH-PJ1 e 1ª Vice-presidente do PCJ FEDERAL; o Sr. Marco Antônio dos Santos, representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE), Vice-presidente do CBH-PCJ e 2º Vice-presidente do PCJ FEDERAL; o Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-Executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL; e o Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ. Na sequência, o cerimonial convidou os representantes dos 16 municípios contemplados com contratos e convênios a se dirigirem à frente para procederem à assinatura dos respectivos instrumentos, referentes aos projetos a serem executados em seus municípios. **3. Assuntos a deliberar.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, e Secretário-

Ata da 34ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em 11/12/2025, em Extrema/MG.

executivo do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL, solicitou a
215 inclusão de item de pauta no subitem 3.16 – Outros
Assuntos, referente à doação de bens imobilizados da
Fundação Agência das Bacias PCJ. Na sequência, foi
aberta a palavra aos presentes para manifestações. Não
havendo manifestações, a matéria foi submetida à
220 votação, sendo aprovada por unanimidade. **3.1.**
Aprovação da ata da 33ª Reunião Extraordinária
dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e
CBH-PJ1), realizada em 29/08/2025, por
videoconferência. O Sr. Denis Herisson da Silva,
225 representante da Secretaria de Agricultura e
Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-
executivo do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL, questionou
aos membros sobre a necessidade de leitura da minuta
da ata, sendo dispensada por unanimidade. Em
230 seguida, abriu-se a palavra para manifestações sobre o
conteúdo da minuta. Não havendo manifestações, o
documento foi colocado em votação, sendo aprovado
por unanimidade. **3.2. Referendo de ato(s) dos**
Presidentes dos Comitês PCJ. O Sr. Denis Herisson
235 da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e
Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-
executivo do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL, esclareceu
que, em virtude da necessidade de atendimento a
prazos e demandas urgentes dos Comitês PCJ, podem
240 ser emitidas deliberações *ad referendum* pelos
Presidentes, anteriormente à apreciação da matéria
pelos Plenários, devendo ser posteriormente
referendadas. O Sr. Denis Silva informou que foi
emitida uma deliberação *ad referendum* que demanda
245 aprovação dos plenários: a) Deliberação *ad*
referendum dos Comitês PCJ nº 521/25, de
07/11/2025: Aprova a minuta do Contrato de Gestão e
respectivos Anexos I (Termo de Referência) e II
(Programa de Trabalho), a ser celebrado entre a
250 Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico –
ANA e a Fundação Agência das Bacias Hidrográficas
dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Agência das
Bacias PCJ, com anuência dos Comitês das Bacias
Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá
255 – Comitês PCJ, para o período de 2026 a 2030. Após
os esclarecimentos, a palavra foi aberta para
manifestações. O Sr. Sergio Razera, Diretor-
presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ,
destacou que o Contrato de Gestão constitui
260 instrumento estruturante que integra e articula as
atividades desenvolvidas no âmbito dos Comitês PCJ.
Esclareceu, ainda, que o novo Contrato de Gestão
firmado com a Agência Nacional de Águas e
Saneamento Básico (ANA) estabelece metas e
265 desafios voltados ao aprimoramento da gestão dos
recursos hídricos nas Bacias PCJ, bem como assegura

o repasse dos recursos provenientes da Cobrança
Federal às Bacias PCJ. Não havendo mais
manifestações, a minuta de Deliberação dos Comitês
270 PCJ nº 522/25, de 11/12/2025, foi submetida à
votação, sendo aprovada por unanimidade e será
encaminhada para publicação. **3.3. Apreciação de**
minuta de deliberação que aprova o “Relatório de
Situação dos Recursos Hídricos das Bacias PCJ
2025 - Ano Base 2024” das Bacias Hidrográficas
dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Bacias
PCJ e dá outras providências. O Sr. Denis Herisson
275 da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e
Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-
executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL,
apresentou o item de pauta referente à apreciação da
minuta de deliberação que aprova o “Relatório de
Situação dos Recursos Hídricos das Bacias PCJ 2025
280 – Ano Base 2024”. Em seguida, convidou o Sr.
Eduardo Cuoco Léo, Coordenador de Sistema de
Informações da Fundação Agência das Bacias PCJ,
para realizar a apresentação do conteúdo, que iniciou
destacando que o Relatório de Situação foi elaborado
em conformidade com as orientações formais
290 estabelecidas para esse instrumento. Informou que,
embora a previsão inicial de aprovação estivesse
estabelecida para o primeiro semestre do ano,
mediante orientação da Diretoria de Recursos Hídricos
(DRHi) o prazo foi estendido até 31 de dezembro de
295 2025. O Sr. Eduardo Léo esclareceu que determinados
indicadores encaminhados pela DRHi não foram
consolidados a tempo para apreciação nesta reunião,
motivo pelo qual a minuta de deliberação identifica os
dados passíveis de atualização, estabelecendo que as
300 complementações serão realizadas pela equipe da
Fundação Agência das Bacias PCJ assim que
disponibilizadas, com comunicação à Câmara Técnica
de Plano de Bacias. O Sr. Eduardo Léo destacou,
ainda, que houve adequação metodológica na base de
305 dados referente às outorgas, em decorrência de novos
procedimentos adotados pela Agência de Águas do
Estado de São Paulo (SP Águas) para qualificação das
informações, o que resultou em alteração nos valores
de vazão registrados, impactando os indicadores de
310 demanda e de balanço hídrico, e que a aparente
redução na demanda hídrica não representa
diminuição do consumo de água, mas decorre
exclusivamente da revisão metodológica aplicada.
Apresentou também os dados relativos ao saneamento
315 básico, evidenciando continuidade no avanço dos
indicadores, bem como informações atualizadas sobre
os índices de qualidade da água. Concluída a
exposição, o Sr. Denis Silva abriu a palavra para
manifestações. O Sr. Paulo Takeyama, representante

Ata da 34ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em 11/12/2025, em Extrema/MG.

320 da Associação dos Engenheiros, Arquitetos e
Agrônomos de Salto (AEAS), solicitou maiores
esclarecimentos sobre os dados de outorga
apresentados. O Sr. Eduardo Léo destacou que os
valores atualmente apresentados no relatório
325 aparentam maior aderência à realidade observada na
bacia em comparação com estimativas anteriores e
ressaltou que, quando há solicitações de indicação de
bases de dados, são utilizadas as estimativas e
projeções constantes no Plano de Bacias PCJ 2020-
2035, podendo, quando necessário, ser consultada a
330 base oficial para validação junto à SP Águas,
especialmente em processos de outorga ou elaboração
de balanço hídrico. Não havendo novas manifestações,
o Sr. Denis Silva submeteu à apreciação a minuta de
deliberação dos Comitês PCJ nº 523/25, de
335 11/12/2025, que aprova o “Relatório de Situação dos
Recursos Hídricos das Bacias PCJ 2025 – Ano Base
2024” e dá outras providências. Não havendo
manifestações contrárias nem abstenções, a
340 deliberação foi aprovada por unanimidade e será
encaminhada para publicação. **3.4. Apreciação de
minuta de deliberação que altera o Plano de Ação
e o Programa de Investimentos – PA/PI para a
gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ para o
quadriênio 2024 a 2027, e dá outras providências.**
345 O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da
Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado
de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do
PCJ FEDERAL, informou que o item de pauta se
refere à apreciação da minuta de deliberação que altera
350 o Plano de Ação e o Programa de Investimentos
(PA/PI) para a gestão dos recursos hídricos nas Bacias
PCJ no quadriênio 2024 a 2027. Em seguida, convidou
o Sr. Eduardo Cuoco Léo, Coordenador de Sistema de
355 Informações da Fundação Agência das Bacias PCJ,
para realizar uma breve apresentação. O Sr. Eduardo
Léo contextualizou que a atualização do PA/PI decorre
de exigência legal vinculada ao Relatório de Situação,
que estabelecem que, eventuais ajustes nos programas
360 e nas necessidades financeiras dos Planos de Bacias
devem ser formalizados por meio desse instrumento.
O Sr. Eduardo Léo explicou que a atualização
contemplou três frentes principais: aprimoramento das
metas físicas, com maior acurácia na execução; ajuste
365 financeiro decorrente das indicações de
empreendimentos do exercício de 2025; e realocação
de saldos financeiros, com ampliação de recursos a
partir do aporte de saldo da Cobrança PCJ Paulista.
Esclareceu que os recursos da Compensação
370 Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para
Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH) não
podem ter saldos realocados para exercícios

subsequentes, retornando ao Comitê Coordenador do
Plano Estadual de Recursos Hídricos (CORHI), razão
375 pela qual o ajuste concentrou-se nos valores da
Cobrança Paulista. O Sr. Eduardo Léo informou que,
após as atualizações, foi apurado um saldo efetivo de
R\$ 2.986.602,66, oriundo da Cobrança PCJ Paulista,
dessa forma, o total previsto para 2026 passa
380 contemplar R\$ 901.617,00 fonte CFURH e R\$
24.993.745,50 da Cobrança PCJ Paulista, totalizando
R\$ 25.898.362,50, que será alocado no Programa de
Duração Continuada (PDC): “Controle de perdas em
sistemas de abastecimento” (SubPDC 5.1). Concluída
385 a exposição, o Sr. Denis Silva abriu a palavra para
manifestações. Não havendo manifestações, o Sr.
Denis Herisson da Silva submeteu à apreciação a
minuta de deliberação dos Comitês PCJ nº 524/25, que
altera o Plano de Ação e o Programa de Investimentos
390 (PA/PI) para a gestão dos recursos hídricos nas Bacias
PCJ no quadriênio 2024 a 2027 e dá outras
providências. Não havendo manifestações contrárias
nem abstenções, a deliberação foi aprovada por
unanimidade e será encaminhada para publicação. **3.5.
395 Apreciação de minuta de deliberação que aprova o
Plano de Aplicação Plurianual das Bacias
Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e
Jundiá – PAP PCJ para o exercício 2026 a 2030, e
dá outras providências.** O Sr. Denis Herisson da
400 Silva, representante da Secretaria de Agricultura e
Abastecimento do Estado de São Paulo, Secretário-
executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL,
apresentou o item de pauta referente à apreciação do
Plano de Aplicação Plurianual (PAP PCJ) 2026–2030,
405 relativo aos recursos da Cobrança PCJ Federal pelo
uso de recursos hídricos. Na condução do tema,
convidou o Sr. Eduardo Cuoco Léo, Coordenador de
Sistema de Informações da Fundação Agência das
Bacias PCJ, para expor a proposta. O Sr. Eduardo Léo
410 esclareceu que o novo ciclo do PAP sucede o período
2021–2025 e observa o modelo estabelecido pela
Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
(ANA), mantendo a estrutura programática organizada
por Finalidade, Programa e Ação, com horizonte de
415 planejamento de cinco anos. Destacou que a aplicação
dos recursos da Cobrança Federal está vinculada ao
Contrato de Gestão firmado entre a Fundação Agência
das Bacias PCJ e a ANA, devendo seguir as diretrizes
constantes em seus manuais e regulamentos, inclusive
420 quanto à destinação de 7,5% para custeio
administrativo e 92,5% para investimentos. O Sr.
Eduardo Léo informou que, para o período 2026–
2030, será adotada nova lógica de planejamento e
acompanhamento financeiro, passando-se da
425 referência em valores contratados para o

Ata da 34ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em 11/12/2025, em Extrema/MG.

monitoramento baseado em desembolsos previstos e executados, com maior rastreabilidade das ações e unificação das bases de dados. Esclareceu que o PAP será desdobrado em Planos Orçamentários Anuais, os quais poderão ser ajustados durante sua execução, mediante propostas fundamentadas pela Fundação Agência das Bacias PCJ, observadas as instâncias técnicas competentes. O Sr. Eduardo Léo ressaltou, ainda, que o modelo contempla reserva financeira destinada a cobrir despesas decorrentes de situações imprevistas e provisão para eventual rescisão contratual, conforme cláusula estabelecida no referido Contrato de Gestão. Destacou que eventuais atualizações do PAP deverão ser devidamente justificadas e aprovadas por meio de deliberação dos Comitês PCJ, precedidas de análise pela Câmara Técnica do Plano de Bacias e pela Câmara Técnica de Planejamento. No tocante aos valores estimados, o Sr. Eduardo Léo apresentou projeção de arrecadação bruta de R\$ 175.091.799,90, acrescida de estimativa de rendimentos financeiros de R\$ 17.509.179,99, com saldo disponível em caixa no exercício de 2025 no montante de R\$ 42.456.016,08, totalizando R\$ 235.056.995,97 para o período 2026–2030. Quanto à alocação dos recursos, o Sr. Eduardo Léo destacou que 45,8% serão destinados à “Gestão de Recursos Hídricos”, com ênfase em monitoramento hidrometeorológico, sistemas de informação e instrumentos de gestão; 35,3% à “Agenda Setorial”, com destaque para recuperação da qualidade da água e proteção e conservação dos recursos hídricos; 12,9% ao “Apoio ao Comitê de Bacia Hidrográfica”; e 5,8% à manutenção do Comitê e da Entidade Delegatária. Encerrada a apresentação, o Sr. Denis Silva passou a palavra aos membros para eventuais considerações. Não havendo manifestações, o Sr. Denis Silva submeteu à apreciação do plenário a minuta de deliberação dos Comitês PCJ nº 525/25, que aprova o Plano de Aplicação Plurianual (PAP PCJ) 2026–2030, relativo aos recursos da Cobrança Federal pelo uso dos recursos hídricos, e dá outras providências. Não se registrando votos contrários nem abstenções, a proposta foi aprovada por unanimidade e encaminhada para publicação. **3.6. Apreciação de minuta de deliberação que aprova a adesão dos Comitês PCJ ao Programa de integração dos planos de bacias e do plano estadual de recursos hídricos – IntegraBacias no âmbito da elaboração integrada dos planos de bacias hidrográficas e do PERH 2028-2031 e dá outras providências.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ

FEDERAL, informou que o item de pauta se refere à adesão dos Comitês PCJ ao Programa de Integração dos Planos de Bacias e do Plano Estadual de Recursos Hídricos – IntegraBacias, no âmbito da elaboração integrada dos Planos de Bacias Hidrográficas e do Plano Estadual de Recursos Hídricos 2028–2031. O Sr. Denis Silva contextualizou que a iniciativa é promovida pela Diretoria de Recursos Hídricos (DRHi) da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL) e pela Agência de Águas do Estado de São Paulo (SP Águas), com o objetivo de integrar a elaboração dos planos de recursos hídricos paulistas, por meio da articulação entre instrumentos de gestão e alinhamento dos planejamentos. Esclareceu que, no caso dos Comitês PCJ, a adesão possui caráter institucional, visando fortalecer a iniciativa estadual, sem implicar alteração das competências do colegiado, nem do cronograma de revisão do Plano das Bacias PCJ 2020–2035, prevista para 2026. Acrescentou que a adesão também favorece a articulação com outros comitês paulistas, principalmente os inseridos na bacia do rio Tietê. Aberta a palavra para manifestações, a Sra. Rosângela Pereira dos Santos, representante do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), questionou se as ações previstas no programa contemplariam o CBH-PJ1 (porção mineira) no processo de integração dos instrumentos de gestão. Em resposta, o Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da SEMIL, Superintendente de Segurança Hídrica da SP Águas, e Secretário-executivo adjunto do CBH-PCJ, esclareceu que o IntegraBacias possui como premissa a organização do planejamento por vertentes hidrográficas, com articulação junto à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) nas bacias interestaduais, e que, no caso das Bacias PCJ, já existe histórico consolidado de integração com o Estado de Minas Gerais, no âmbito do próprio Plano das Bacias PCJ. O Sr. André Navarro explicou que, diferentemente de outras Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHIs), nas quais o programa poderá envolver contratação de estudos pela SP Águas ou em parceria com a ANA e outras entidades delegatárias, os Comitês PCJ seguirão com a revisão de seu Plano de Bacias conforme cronograma próprio, e se necessário, poderão ser promovidas adequações futuras para compatibilização com o conteúdo orientador aprovado no Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH), sem que isso represente ônus adicional ao colegiado. Não havendo outras manifestações, o Sr. Denis Silva submeteu à apreciação do plenário a minuta de deliberação dos

Ata da 34ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em 11/12/2025, em Extrema/MG.

Comitês PCJ nº 526/2025, que aprova a adesão dos Comitês PCJ ao Programa de Integração dos Planos de Bacias e do Plano Estadual de Recursos Hídricos – IntegraBacias, no âmbito da elaboração integrada dos Planos de Bacias Hidrográficas e do Plano Estadual de Recursos Hídricos 2028–2031. Não se registrando votos contrários nem abstenções, a proposta foi aprovada por unanimidade e encaminhada para publicação. **3.7. Apreciação de minuta de deliberação que altera o Anexo II da Deliberação dos Comitês PCJ nº 442/23, de 29/06/2023; e o Anexo II da Deliberação dos Comitês PCJ nº 465/24, de 10/01/2024.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, apresentou o item de pauta referente à alteração do Anexo II da Deliberação dos Comitês PCJ nº 442/2023 e do Anexo II da Deliberação dos Comitês PCJ nº 465/2024. O Sr. Denis Silva esclareceu que a proposta trata de ajuste no formulário de requerimento de diárias e no relatório de viagem referentes ao custeio de membros dos Comitês PCJ, com a inclusão da assinatura do Secretário-executivo nos referidos documentos, passando a constar sua responsabilidade formal, juntamente com as assinaturas já previstas. Na sequência abriu a palavra aos presentes, e não havendo manifestações, o Sr. Denis Silva submeteu à apreciação do plenário a minuta de deliberação dos Comitês PCJ nº 527/2025, que altera o Anexo II da Deliberação dos Comitês PCJ nº 442/2023 e o Anexo II da Deliberação dos Comitês PCJ nº 465/2024. Não se registrando votos contrários nem abstenções, a proposta foi aprovada por unanimidade e encaminhada para publicação. **3.8. Apreciação de minuta de deliberação que aprova o Orçamento das Câmaras Técnicas, Reuniões Plenária e Diretoria Colegiada dos Comitês PCJ para o ano de 2026, e dá outras providências.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, introduziu o item de pauta referente à apreciação da minuta de deliberação que aprova o Orçamento das Câmaras Técnicas, Reuniões Plenárias e Diretoria Colegiada dos Comitês PCJ para o ano de 2026. Na sequência, convidou a Sra. Thamiris Cardoso, da Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da Fundação Agência das Bacias PCJ, para realizar a apresentação do conteúdo. A Sra. Thamiris Cardoso contextualizou que o orçamento mantém a sistemática adotada nos últimos exercícios, incorporando, desde 2025, a previsão orçamentária específica para a Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), as reuniões plenárias e a diretoria colegiada dos Comitês PCJ. Esclareceu que a proposta contempla as normas e procedimentos para custeio, incluindo regras para solicitação de diárias, participação em eventos técnicos e eventos nacionais, estes sujeitos à aprovação da Diretoria Colegiada por intermédio da Secretaria Executiva. A Sra. Thamiris Cardoso informou que a estrutura orçamentária permanece organizada em três grupos de despesas: despesas de viagem; despesas com organização de reuniões das Câmaras Técnicas; e despesas para organização de eventos. Destacou que foram consideradas, para fins de planejamento, reuniões presenciais de Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho, reuniões plenárias e reuniões da CT-PL, conforme previsto nos respectivos Planos de Trabalho. Apresentou, ainda, o valor global estimado para o exercício de 2026, da ordem de aproximadamente 827 mil reais, conforme detalhamento constante do Anexo da minuta de deliberação. O Sr. Denis Silva agradeceu a apresentação e abriu a palavra aos membros presentes. O Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ, destacou a relevância do planejamento orçamentário das Câmaras Técnicas, ressaltando que a organização prévia das ações, eventos e respectivos recursos financeiros constitui prática consolidada dos Comitês PCJ, conferindo previsibilidade, transparência e eficiência à gestão dos recursos hídricos. Concluídas as manifestações, o Sr. Denis Silva submeteu à apreciação do plenário a minuta de deliberação dos Comitês PCJ nº 528/25, de 11/12/2025, que aprova o Orçamento das Câmaras Técnicas, Reuniões Plenárias e Diretoria Colegiada dos Comitês PCJ para o ano de 2026, e dá outras providências. Não havendo votos contrários nem abstenções, a proposta foi aprovada por unanimidade e será encaminhada para publicação. **3.9. Apreciação de minuta de deliberação que aprova o Planejamento Anual de Atividades – PAA dos Comitês PCJ, para o ano de 2026.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que o item de pauta é referente à aprovação do Planejamento Anual de Atividades – PAA dos Comitês PCJ para o ano de 2026. O Sr. Denis Silva esclareceu que o PAA integra os indicadores exigidos pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) no âmbito da avaliação do Contrato de Gestão mantido com a Fundação Agência das Bacias PCJ, devendo estar alinhado às diretrizes do planejamento vigente. Informou que os Comitês

Ata da 34ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em 11/12/2025, em Extrema/MG.

640 PCJ receberam, por meio de ofício a proposta encaminhada pela Fundação Agência das Bacias PCJ, contendo a programação das reuniões para 2026, sendo um total de 77 previstas, cujo detalhamento consta no anexo da minuta apresentada. Na sequência, o Sr. Denis Silva abriu a palavra para manifestações dos membros. O Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ, ressaltou a importância do cumprimento do calendário aprovado, enfatizando que a execução adequada do planejamento impacta diretamente na avaliação do Contrato de Gestão junto à ANA, motivo pelo qual reforçou a necessidade de observância do cronograma pelas coordenações das Câmaras Técnicas. Encerradas as manifestações, o Sr. Denis Silva submeteu à apreciação do plenário a minuta de deliberação dos Comitês PCJ nº 529/25, de 11/12/2025, que aprova o Planejamento Anual de Atividades – PAA dos Comitês PCJ para o ano de 2026. Não havendo votos contrários nem abstenções, a proposta foi aprovada por unanimidade e será encaminhada para publicação.

660 **3.10. Apreciação de minuta de deliberação que aprova o Plano de Integridade das Bacias PCJ para o período de 2025 a 2027.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, apresentou o item de pauta referente à apreciação da minuta de deliberação que aprova o Plano de Integridade das Bacias PCJ para o período de 2025 a 2027. Na sequência, convidou a Sra. Kátia Gotardi, Coordenadora de Gestão da Fundação Agência das Bacias PCJ, para realizar a apresentação do conteúdo. A Sra. Kátia Gotardi informou que o plano tem como objetivos fortalecer a governança institucional, ampliar a transparência na gestão dos recursos hídricos, reduzir riscos de corrupção e irregularidades, aumentar a eficiência na execução das políticas hídricas e promover a confiança da sociedade no trabalho dos Comitês PCJ e da Fundação Agência das Bacias PCJ. A Sra. Kátia Gotardi destacou que o plano está estruturado em três eixos estratégicos: o Eixo 1, que prevê ações voltadas à ampliação da representatividade e inclusão nos Comitês PCJ, promoção da igualdade de gênero, estímulo à participação de pessoas pretas e ampliação da inclusão de segmentos sociais ainda não representados; o Eixo 2, que contempla a estruturação de critérios para avaliação de fornecedores, observando a Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratações) e a Resolução ANA nº 122/2019, com elaboração de checklist para qualificação e monitoramento de fornecedores; e o Eixo 3, que propõe a criação ou

695 aprimoramento de canal ou espaço virtual interativo, destinado ao acompanhamento das ações previstas no Plano das Bacias PCJ, visando ampliar a transparência e a participação social. A Sra. Kátia Gotardi informou, ainda, que o Plano de Integridade será considerado no âmbito do novo Contrato de Gestão, firmado entre a Fundação Agência das Bacias PCJ e a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), reforçando sua relevância institucional. Em seguida, o Sr. Denis Silva parabenizou a equipe da Fundação Agência das Bacias PCJ pela elaboração do plano, destacando a importância da iniciativa para o fortalecimento da governança, e para o posicionamento dos Comitês PCJ como referência na gestão de recursos hídricos. Não havendo outras manifestações, o Sr. Denis Silva submeteu à apreciação do plenário a minuta de deliberação dos Comitês PCJ nº 530/25, de 11/12/2025, que aprova o Plano de Integridade das Bacias PCJ para o período de 2025 a 2027. Não se registrando votos contrários nem abstenções, a proposta foi aprovada por unanimidade e será encaminhada para publicação. **3.11. Apreciação de minuta de deliberação que aprova o Plano de Capacitação dos Comitês PCJ para o período de 2026 a 2030.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA), e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, expôs o item de pauta referente à apreciação do Plano de Capacitação dos Comitês PCJ para o período de 2026 a 2030. Na sequência, convidou a Sra. Kátia Gotardi, Coordenadora de Gestão da Fundação Agência das Bacias PCJ, para apresentar o conteúdo. A Sra. Kátia Gotardi informou que o Plano de Capacitação dos Comitês PCJ foi previamente apreciado na Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA), em seu Grupo de Trabalho Plano de Capacitação, e na Câmara Técnica de Integração de Ações das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ. Esclareceu que o plano tem como objetivo atender às exigências do Componente II – Capacitação do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS) e à Deliberação CRH-SP nº 248/2021, que influencia diretamente a pontuação dos Comitês PCJ para o rateio de recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO). Ressaltou que a metodologia considera o percentual de representantes capacitados, impactando a avaliação institucional. No âmbito do Plano das Bacias PCJ, destacou os temas estratégicos relacionados ao enquadramento dos corpos d'água e à educação

Ata da 34ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em 11/12/2025, em Extrema/MG.

745 ambiental, integração e difusão de pesquisas e
tecnologias, incluindo ações como capacitação de
operadores e gestores de Estações de Tratamento de
Água e Esgoto, programas “Jovem, vem para o PCJ”,
750 “Propriedade Rural Amiga da Água”, formação de
educadores e iniciativas voltadas aos três poderes e
lideranças comunitárias . Informou que a Fundação
Agência das Bacias PCJ será responsável pela
operacionalização das ações, divulgação,
implementação e gestão dos documentos
comprobatórios das capacitações, cabendo aos
755 Comitês PCJ o acompanhamento da execução e a
análise de relatório anual, a ser submetido aos Grupos
de Trabalho competentes até 31 de março do ano
subsequente . A Sra. Kátia Gotardi ressaltou que as
capacitações serão gratuitas, podendo ocorrer de
760 forma presencial, semipresencial ou à distância, e que
as ações previstas no Plano das Bacias PCJ serão
custeadas com recursos das Cobranças PCJ Federal e
do FEHIDRO, com uma estimativa de cerca de R\$
1.100.000,00 para o período 2026–2030. Encerrada a
765 apresentação, o Sr. Denis Silva agradeceu a Sra. Kátia
Gotardi, e abriu a palavra para manifestações. Não
havendo questionamentos, submeteu à apreciação do
plenário a minuta de deliberação dos Comitês PCJ nº
531/25, de 11/12/2025, que aprova o Plano de
770 Capacitação dos Comitês PCJ para o período de 2026
a 2030 . Não se registrando votos contrários nem
abstenções, a proposta foi aprovada por unanimidade
e será encaminhada para publicação. **3.12. Apreciação
de minuta de deliberação que aprova o Plano de
775 Comunicação dos Comitês PCJ para o período
2026 a 2030.** O Sr. Denis Herisson da Silva,
representante da Secretaria de Agricultura e
Abastecimento do Estado de São Paulo, e Secretário-
executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL,
780 introduziu o item de pauta referente à apreciação da
minuta de deliberação que aprova o Plano de
Comunicação dos Comitês PCJ para o período de 2026
a 2030, convidando o Sr. Everton Campos Quiararia,
Assessor de Comunicação da Fundação Agência das
785 Bacias PCJ, para realizar a apresentação. O Sr.
Everton Quiararia contextualizou que o Plano de
Comunicação dos Comitês PCJ 2026–2030 está
estruturado com base no levantamento de diretrizes,
definição de públicos, temas e linguagens, inventário
790 de ferramentas, previsão de campanhas,
investimentos, mensuração de resultados e revisões
periódicas . Destacou que as diretrizes do plano estão
fundamentadas no Plano das Bacias PCJ (Anexo I,
ação 5.1.1.1), no Planejamento Estratégico dos
795 Comitês PCJ, no Programa Nacional de
Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas

(PROCOMITÊS), no Contrato de Gestão com a
Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
(ANA), no Plano Estratégico da Fundação Agência
das Bacias PCJ e em seu respectivo Código de Ética,
800 além de considerar resultados de pesquisa de opinião
sobre consumo de mídia na região. O Sr. Everton
Quiararia esclareceu que o plano define quatro
segmentos prioritários de público, com detalhamento
805 de nichos e objetivos específicos de comunicação para
cada grupo, além de estratégia de regionalização das
ações de comunicação, com definição de “praças de
comunicação” nas Bacias PCJ, considerando
características administrativas regionais e cobertura
810 dos meios de comunicação . No tocante às
ferramentas, apresentou como principais
instrumentos: o site institucional, newsletter, e-mail
marketing, WhatsApp Business, Revista de Gestão,
assessoria de imprensa e redes sociais, além da atuação
815 de agência de publicidade e patrocínios institucionais.
Informou que o plano prevê campanhas relacionadas a
datas estratégicas, campanhas institucionais,
divulgação da conclusão de projetos, eventos das
Câmaras Técnicas, ações relacionadas à estiagem,
820 eleições e renovação de mandatos, bem como
aniversários dos Comitês (a cada cinco anos). Quanto
à mensuração de resultados, esclareceu que serão
realizadas pesquisas de opinião nos anos de 2026,
2028 e 2030, além de monitoramento contínuo de
825 indicadores como acessos a sites, interações em redes
sociais, disparos de e-mails, e repercussão de releases
. Informou, ainda, que estão previstas revisões do
plano em 2028, com vigência para 2029, e em 2030,
com efeitos a partir de 2031. Não havendo outras
830 manifestações, o Sr. Denis Silva submeteu à
apreciação do plenário a minuta de deliberação dos
Comitês PCJ nº 532/25, de 11/12/2025, que aprova o
Plano de Comunicação dos Comitês PCJ para o
período de 2026 a 2030 . Não se registrando votos
835 contrários nem abstenções, a proposta foi aprovada
por unanimidade e será encaminhada para publicação.
**3.13. Apreciação de minuta de deliberação que
aprova plano de trabalho e proposta orçamentária
anual da Fundação Agência das Bacias
840 Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e
Jundiá – exercício 2026 e dá outras providências.**
O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da
Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado
de São Paulo, e Secretário-executivo do CBH-PCJ e
do PCJ FEDERAL, apresentou o item que trata da
minuta de deliberação que aprova o Plano de Trabalho
e a Proposta Orçamentária Anual da Fundação
845 Agência das Bacias PCJ para o exercício de 2026,
convidando o Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da

Ata da 34ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em 11/12/2025, em Extrema/MG.

850 Fundação Agência das Bacias PCJ, para maiores esclarecimentos. O Sr. Sergio Razera informou que o Plano de Trabalho e a proposta orçamentária já haviam sido previamente debatidos e apreciados pelo Conselho Deliberativo e pelo Conselho Fiscal da

855 Fundação Agência das Bacias PCJ. Esclareceu que a proposta apresentada está integralmente fundamentada no Plano das Bacias PCJ e nos instrumentos correlatos de planejamento, especialmente o Plano de Ação e Programa de

860 Investimentos (PAP) e o respectivo Plano Orçamentário Anual (POA), cujas ações já foram previamente aprovadas pelos Comitês PCJ. Destacou que a Fundação Agência das Bacias PCJ consolida essas diretrizes no seu Plano de Trabalho anual, estruturando as atividades previstas para 2026 e o correspondente orçamento de custeio. Encerrada a exposição, o Sr. Denis Silva agradeceu ao Sr. Sergio Razera, e não havendo manifestações submeteu à apreciação do plenário a minuta de deliberação dos

870 Comitês PCJ nº 533/25, de 11/12/2025, que aprova o Plano de Trabalho e a Proposta Orçamentária Anual da Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá para o exercício de 2026 e dá outras providências. Não se registrando

875 votos contrários nem abstenções, a proposta foi aprovada por unanimidade e será encaminhada para publicação. **3.14. Apreciação de minuta de deliberação que cancela a indicação de empreendimentos financiados com recursos da**

880 **Cobrança PCJ Federal, referente aos exercícios 2023 e 2024 e dá outras providências.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ

885 FEDERAL, informou sobre o item de pauta referente à apreciação da minuta de deliberação que cancela a indicação de empreendimentos financiados com recursos da Cobrança PCJ Federal, referentes aos exercícios de 2023 e 2024, convidando o Sr. Diogo

890 Bernardo Pedrozo, Coordenador de Projetos da Fundação Agência das Bacias PCJ, para detalhar o assunto. O Sr. Diogo Pedrozo contextualizou que se tratam de dois empreendimentos previamente indicados com recursos da Cobrança PCJ Federal, ambos já com contratos de transferência celebrados, mas posteriormente inviabilizados. O primeiro empreendimento refere-se à “Elaboração de projeto básico do barramento VI no Córrego Bom Jardim no município de Vinhedo/SP”, cujo tomador é a

900 Saneamento Básico Vinhedo (SANEBAVI). Conforme apresentado, após a celebração do Contrato de Transferência nº 006/2023 e realização do processo

licitatório, a empresa contratada identificou a inviabilidade técnica de execução do

905 empreendimento, em razão da impossibilidade de acordo com proprietários das áreas, elevado custo de desapropriação, redução do volume de armazenamento e necessidade de infraestruturas complementares. O segundo empreendimento

910 corresponde à “Execução das obras da estação elevatória de lodo do projeto executivo de ampliação da estação de tratamento de esgoto – ETE Camanducaia no município de Jaguariúna/SP”, que, apesar da assinatura do Contrato de Transferência nº

915 009/2024, havia cláusula suspensiva com prazo para cumprimento de pendências técnicas, que não foram atendidas pelo tomador, culminando na inviabilidade de prosseguimento da operação. O Sr. Diogo Pedrozo destacou que, conforme previsto na minuta, o saldo correspondente aos empreendimentos cancelados será

920 acrescido ao orçamento de 2025 para distribuição pelos Comitês PCJ em 2026, reforçando que a medida assegura transparência e adequada realocação dos recursos. O Sr. Denis Silva agradeceu a apresentação, e abriu a palavra aos membros presentes. Não havendo manifestações, o Sr. Denis Silva submeteu à apreciação do plenário a minuta de deliberação dos

925 Comitês PCJ nº 534/25, de 11/12/2025, que cancela a indicação de empreendimentos financiados com recursos da Cobrança PCJ Federal referentes aos exercícios de 2023 e 2024 e dá outras providências. Não se registrando votos contrários nem abstenções, a proposta foi aprovada por unanimidade e será encaminhada para publicação. **3.15. Apreciação de**

935 **minuta de deliberação que define cronograma e regras para seleção de empreendimentos, na temática de saneamento, visando a indicação para obtenção de financiamento com recursos da**

940 **Cobrança PCJ Paulista pelo uso dos recursos hídricos e da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH), referente aos orçamentos de 2026 e 2027, e dá outras providências.** O Sr. Denis Herisson da Silva,

945 representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que o presente item de pauta trata da minuta de deliberação que estabelece os

950 cronogramas e as regras para a seleção de empreendimentos na temática de saneamento, visando a indicação para a obtenção de financiamento com recursos da Cobrança PCJ Paulista e da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos

955 (CFURH). Na sequência, solicitou ao Sr. Diogo

Ata da 34ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em 11/12/2025, em Extrema/MG.

Bernardo Pedrozo, Coordenador de Projetos da Fundação Agência das Bacias PCJ, uma breve apresentação sobre o tema. O Sr. Diogo Pedrozo informou que a deliberação formaliza a reabertura do processo de seleção para captação de recursos da Cobrança PCJ Paulista e da CFURH, em consonância com o Plano de Ação e Programas de Investimentos (PA/PI) 2024-2027, e com o Plano das Bacias PCJ. O texto incorpora ajustes decorrentes das experiências acumuladas na aplicação da deliberação anteriormente vigente, bem como a necessidade de internalização das “Diretrizes Gerais para Gestão de Perdas de Água e Eficiência no Abastecimento Público nas Bacias PCJ”, recentemente aprovadas pelo plenário. Entre os principais aprimoramentos apresentados, destacou-se o maior rigor quanto à situação dos tomadores, estabelecendo-se impedimentos para participação no processo seletivo nos casos de: inadimplência técnica, existência de empreendimentos com atraso superior a dois anos em relação ao cronograma contratual originalmente aprovado, ou quando o tomador possuir mais de cinco empreendimentos vigentes financiados com recursos das cobranças PCJ e da CFURH. Ressaltou a exigência de apresentação prévia de licenças, outorgas e autorizações necessárias à execução dos empreendimentos, não sendo admitidos apenas protocolos de solicitação junto aos órgãos competentes. O Sr. Diogo Pedrozo esclareceu que a medida visa evitar cancelamentos posteriores decorrentes de inviabilidades técnicas ou legais identificadas em fases avançadas de execução. Quanto aos valores de referência, informou que permanecem mantidos os valores mínimos de R\$ 160.000,00 para planos, estudos e projetos, e de R\$ 300.000,00 para obras, serviços e equipamentos. Os valores máximos de repasse, por sua vez, passarão a ser divulgados anualmente, conforme a disponibilidade orçamentária e as estimativas constantes no PA/PI 2024-2027. Destacou ainda, a limitação de apresentação de apenas uma proposta por tomador em cada período orçamentário, medida adotada com o objetivo de evitar a pulverização dos recursos e fortalecer a capacidade de execução dos empreendimentos aprovados. O Sr. Diogo Pedrozo também esclareceu os marcos temporais para indicação dos empreendimentos, informando que, embora o processo de inscrição seja contínuo, devem ser observados prazos específicos para viabilizar a indicação nas plenárias previstas para os meses de março e agosto, considerando o período necessário para análise técnica. Encerrada a apresentação, o Sr. Denis Silva agradeceu as explicações, e abriu a palavra para manifestações. O Sr. Francisco Antonio

Moschini, representante do Instituto de Estudos Vale do Tietê (INEVAT), manifestou preocupação quanto ao cancelamento de empreendimentos anteriormente indicados, ressaltando que tal situação poderia representar prejuízo a tomadores cujos projetos não foram selecionados por limitação de recursos disponíveis à época. Em resposta, o Sr. Diogo Pedrozo esclareceu que, nos últimos anos, não houve casos de não indicação exclusivamente por insuficiência de recursos, sendo os cancelamentos recentes decorrentes de inviabilidades técnicas supervenientes, e destacou que o aprimoramento das regras ora proposto, busca justamente mitigar tais riscos, conferindo maior robustez técnica ao processo seletivo. Não havendo outras manifestações, o Sr. Denis Silva submeteu à votação a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 535/2025, que define cronogramas e regras para seleção de empreendimentos na temática de saneamento, visando à indicação para obtenção de financiamento com recursos da cobrança PCJ Paulista pelo uso dos recursos hídricos e da CFURH, referentes aos orçamentos de 2026 e 2027, e dá outras providências. Não havendo manifestações contrárias ou abstenções, a minuta de deliberação foi aprovada por unanimidade, devendo ser encaminhada para publicação. **3.16. Outros assuntos. a) Apreciação da minuta de deliberação que dispõe sobre a doação de bens imobilizados da Fundação Agência das Bacias PCJ, adquiridos com fonte da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União nas Bacias PCJ, e classificados como irrecuperáveis e antieconômicos.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que, conforme comunicado no início da reunião, foi solicitada a inclusão de item não constante da pauta originalmente encaminhada, referente à autorização para doação de bens imobilizados da Fundação Agência das Bacias PCJ, adquiridos com recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos de domínio da União nas Bacias PCJ. O Sr. Denis Silva esclareceu que, após avaliação técnica realizada pela Fundação Agência das Bacias PCJ, os bens foram classificados como irrecuperáveis ou antieconômicos, razão pela qual se propõe sua destinação adequada, nos termos das normas aplicáveis à gestão patrimonial. Destacou que se trata de procedimento administrativo padrão, já submetido e aprovado pelo Conselho Deliberativo e Fiscal da Fundação Agência das Bacias PCJ. O Sr. Denis Silva pontou que, após a aprovação da deliberação, a documentação será anexada ao respectivo processo administrativo junto à Agência

Ata da 34ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em 11/12/2025, em Extrema/MG.

- Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que acompanha a tramitação da matéria. Na sequência, abriu a palavra para manifestações dos membros. Não havendo manifestações, o Sr. Denis Silva submeteu à votação a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 536/25, de 11/12/2025, que dispõe sobre a autorização para doação de bens imobilizados da Fundação Agência das Bacias PCJ, adquiridos com recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos de domínio da União nas Bacias PCJ e classificados como irrecuperáveis ou antieconômicos. Não havendo votos contrários ou abstenções, a deliberação foi aprovada por unanimidade, sendo determinado seu encaminhamento para publicação. **4. Informes.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL iniciou os informes contextualizando a situação hidrológica do Sistema Cantareira, convidando o Sr. Alexandre Luis de Almeida Vilella, representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), e Coordenador da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH), para uma breve apresentação sobre o tema. O Sr. Alexandre Vilella apresentou panorama do nono ciclo de gestão das resoluções conjuntas da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e da Agência de Águas do Estado de São Paulo (SP Águas), vigentes até maio de 2027, e que disciplinam a operação do Sistema Cantareira. Destacou que o sistema abastece diretamente cerca de três milhões e meio de habitantes nas Bacias PCJ, além de contribuir para o atendimento da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), ressaltando sua relevância estratégica para o abastecimento público e atividades econômicas. Esclareceu que a gestão se organiza em dois períodos hidrológicos distintos, sendo o período úmido, de 1º de dezembro a 31 de maio, conduzido pelos órgãos gestores e pela SABESP, e o período seco, de 1º de junho a 30 de novembro, no qual os Comitês PCJ exercem protagonismo na definição das descargas destinadas às Bacias PCJ, nos termos da outorga vigente. O Sr. Alexandre destacou que a regra de operação por faixas, implementada em 2017, constitui avanço significativo na gestão do sistema, uma vez que ajusta as condições operativas conforme o volume útil acumulado. Informou que, no momento da reunião, o Sistema Cantareira operava na faixa de restrição, correspondente a volume útil de 20,1%, com reflexos nas condições de transposição para a RMSP e nas descargas destinadas às Bacias PCJ. Apresentou dados consolidados das operações realizadas no período seco de 2025, informando que foram emitidos 37 comunicados e realizadas 67 manobras de abertura e fechamento de comportas, evidenciando a atuação contínua da CT-MH na condução das descargas. Informou que, do volume total disponibilizado para o período, foram utilizados aproximadamente 84%, resultando em economia de cerca de 16% da cota anual. Ressaltou que, desde o início da vigência da atual outorga, em 2017, os Comitês PCJ acumularam economia aproximada de 239 bilhões de litros, o que representa esforço relevante de gestão e uso racional dos recursos hídricos. O Sr. Alexandre Vilella também destacou a importância da Rede Telemétrica PCJ, atualmente composta por cinquenta postos com dados em tempo real e cinco estações com monitoramento de qualidade da água, registrando mais de um milhão de acessos anuais, configurando instrumento essencial para suporte às decisões operativas e para o controle social. Por fim, apresentou projeções de armazenamento elaboradas a partir de cenários hidrometeorológicos, indicando que a condição do Sistema Cantareira para o início da estiagem de 2026 dependerá significativamente do comportamento das chuvas no período de úmido, havendo cenários que apontam tanto para recuperação consistente do volume útil quanto para manutenção de patamares mais restritivos. Encerrada a apresentação, o Sr. Denis Silva registrou agradecimento ao Sr. Alexandre Vilella, e à CT-MH pelo trabalho desenvolvido e abriu a palavra para manifestações dos membros. O Sr. Mateus Bento Batista Arantes, Coordenador da Câmara Técnica de Saneamento, destacou a pertinência das considerações apresentadas, realçando a implantação do Sistema Adutor Regional (SAR), e novos reservatórios. O Sr. Mateus Arantes enfatizou a necessidade de avançar na implementação das diretrizes previstas no Plano das Bacias PCJ relativas à realização de estudos de viabilidade para novos barramentos, tanto para municípios que serão atendidos pelo SAR, quanto para aqueles que dependem exclusivamente de mananciais locais. Ressaltou que diversos municípios já possuem estudos preliminares, porém enfrentam dificuldades para avançar até as etapas de projeto básico, projeto executivo, licenciamento ambiental e execução das obras. Sugeriu que os Comitês PCJ avaliem mecanismos de apoio, inclusive por meio de financiamento reembolsável ou a fundo perdido, para viabilizar projetos integrados que contemplem estudo, projeto e obra de forma articulada. O Sr. Alexandre Vilella reconheceu a relevância da manifestação, e reiterou a importância estratégica dos reservatórios municipais para o aumento da segurança hídrica. Informou que, no âmbito da revisão do Plano das Bacias PCJ, e das discussões relacionadas à cobrança

Ata da 34ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em 11/12/2025, em Extrema/MG.

1170 pelo uso dos recursos hídricos, já foi considerada a
possibilidade de financiar, de forma integrada,
1175 estudos, projetos executivos, obras e licenciamento
ambiental, visando maior efetividade na
implementação dos empreendimentos e evitando a
desatualização de estudos ao longo do tempo. Em
seguida, o Sr. João José Assumpção de Abreu
1180 Demarchi, representante da Associação Ambiental
Plantar e Coordenador da Câmara Técnica de
Conservação e Proteção dos Mananciais, questionou
acerca da redução progressiva da disponibilidade
hídrica per capita nas Bacias PCJ ao longo da última
1185 década, indagando sobre as estratégias adotadas para
enfrentar essa tendência e buscar sua estabilização.
Em resposta, o Sr. Alexandre Vilella destacou que o
crescimento populacional e econômico nas Bacias PCJ
tem intensificado a pressão sobre a demanda hídrica,
1190 ao mesmo tempo em que a oferta permanece limitada.
Ressaltou que alterações no uso e ocupação do solo
têm impactado o regime hidrológico, com maior
escoamento superficial, redução da infiltração e
diminuição da regularização natural das vazões,
1195 fatores que agravam a vulnerabilidade do sistema. Não
havendo mais manifestações, o Sr. Denis registrou
agradecimento ao Sr. Alexandre Vilella pelos
esclarecimentos prestados. Na sequência dos
informes, o Sr. Denis Silva concedeu a palavra à Sra.
1200 Sarah Janaina Menuzzo Quental, Chefe da Divisão do
Médio Tietê (DMT) da SP Águas, para apresentação
do Relatório Gerencial 2025 da DMT. A Sra. Sarah
Quental informou que, em 2025, foram protocolados
6.082 requerimentos para análise de outorga na DMT,
sendo 4.531 nas Bacias PCJ. Até 20/11/2025, foram
emitidos 3.914 atos administrativos, dos quais 2.943
nas Bacias PCJ, incluindo 887 Portarias de Outorga,
1.161 Declarações de Dispensa de Outorga, 105
1205 Declarações de Viabilidade de Implantação e 396
informes de indeferimento, entre outros atos
publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo.
No que se refere ao perfil dos requerimentos nas
Bacias PCJ, a Sra. Sarah Quental destacou que 66%
correspondem a captações subterrâneas, 9% a
1210 captações superficiais, 4% a lançamentos e 21% a
outras interferências em recursos hídricos. A Sra.
Sarah Quental apresentou, ainda, os resultados das
ações de fiscalização externa, informando que, até
30/11/2025, foram aplicados 899 boletins, sendo 538
1215 autos de inspeção, 310 advertências e 51 multas.
Esclareceu que parte dessas atividades contou com
apoio técnico viabilizado por contrato firmado entre a
Fundação Agência das Bacias PCJ e empresa
especializada. Quanto à fiscalização interna, realizada
1220 por meio do Sistema de Declarações das Condições de

Uso de Captações (SiDeCC) e do Sistema Remoto de
Declaração das Condições de Uso de Captações
(SiDeCC-R), a Sra. Sarah Quental informou que, nas
Bacias PCJ, foram aplicadas 1.952 penalidades,
1225 compreendendo 1.151 advertências, 603 multas por
não declaração ou descumprimento de prazo, e 198
multas por utilização em desacordo com a outorga. A
Sra. Sarah Quental destacou que o SiDeCC registra
5.633 usos ativos nas Bacias PCJ, enquanto o
1230 SiDeCC-R contabiliza 122 usos, correspondentes a
108 usuários. Informou que, desde a implantação do
SiDeCC, em 2019, o número de usos monitorados na
DMT passou de 1.858 para 7.793 em 2025,
evidenciando ampliação significativa do controle e
1235 acompanhamento dos usos de recursos hídricos. No
âmbito da Sala de Situação PCJ, a Sra. Sarah Quental
informou que, até 30/11/2025, foram elaborados 899
boletins técnicos, 34 comunicados da SP Águas no
período úmido e 37 comunicados da Câmara Técnica
1240 de Monitoramento Hidrológico no período seco, além
de dez boletins integrados quali-quantitativos no
âmbito do Programa de Integração do Monitoramento
das Bacias PCJ. Por fim, a Sra. Sarah Quental
registrou que, até 20/11/2025, a DMT realizou
1245 atendimento médio de 45 demandas diárias por meio
de seus canais institucionais, além de 106
manifestações de ouvidoria nas Bacias PCJ. Encerrada
a apresentação, o Sr. Denis Silva agradeceu pelas
informações apresentadas, e abriu a palavra para
esclarecimentos. O Sr. Francisco Antonio Moschini,
1250 representante do Instituto de Estudos Vale do Tietê
(INEVAT), destacou a importância do fortalecimento
da gestão das águas subterrâneas no âmbito dos
Comitês PCJ e do Comitê da Bacia Hidrográfica do
Sorocaba e Médio Tietê. O Sr. Francisco Moschini
ressaltou que diversos municípios da região dependem
parcial ou integralmente de captações subterrâneas
para abastecimento público e mencionou estudos
técnicos realizados em diferentes localidades,
1260 indicando limitações de disponibilidade hídrica em
determinados contextos, reforçando a necessidade de
ampliação da formação técnica especializada em
recursos hídricos subterrâneos, sugerindo a criação de
cursos técnicos e de nível superior, em parceria com o
1265 Centro Paula Souza. Em resposta, o Sr. Denis Silva
esclareceu que os Comitês PCJ já encaminharam
ofício ao Centro Paula Souza reiterando a demanda
pela criação de cursos técnicos específicos na área de
águas subterrâneas, incluindo proposta de grade
1270 curricular, contudo, que a abertura de novos cursos
depende de avaliação de viabilidade institucional por
parte da referida entidade. Na sequência, o Sr. Bruno
Baldi, representante do Instituto de Estudos Vale do

Ata da 34ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em 11/12/2025, em Extrema/MG.

1275 Tietê (INEVAT), complementou a manifestação, ressaltando a importância de fomentar o interesse de jovens e estudantes pelas áreas relacionadas aos recursos hídricos, e que ações de comunicação institucional podem contribuir para ampliar a procura por formações técnicas e superiores especializadas no setor. Por fim, o Sr. Alexandre Vilella registrou reconhecimento à atuação integrada da Sala de Situação PCJ, da ANA, e da SP Águas, ressaltando que a articulação entre as instituições e as ferramentas de monitoramento tem contribuído para maior segurança nas decisões relacionadas à operação do Sistema Cantareira. Não havendo outras manifestações, o Sr. Denis Silva deu prosseguimento aos informes da Diretoria dos Comitês PCJ. **4.1. Diretoria dos Comitês PCJ.** Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL informou que: **a)** Estão abertas as inscrições para mais de 560 voltados à gestão das águas e saneamento, ofertados pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), por meio da Escola Virtual de Governo (EV.G), solicitando o encaminhamento dos certificados à Secretaria Executiva para registro; **b)** De 8 a 13 de setembro ocorreu o 26º Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB), em Vitória (ES), com participação de representantes dos Comitês PCJ e debates sobre emergência climática, adaptação e governança das águas; **c)** Em 23 de setembro realizou-se o 6º webinar da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL), com discussão técnica sobre a situação do Rio Jundiá; **d)** No dia 24 de setembro ocorreu evento promovido pela Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (ARES-PCJ), com debate sobre o cenário hídrico e perspectivas para 2025 e 2026; **e)** No dia 30 de setembro foi realizada visita técnica às obras das barragens de Pedreira e Duas Pontes, com previsão de conclusão até o final de 2026, destacando-se a relevância das estruturas para a segurança hídrica regional; **f)** Ocorreu em 1º de outubro reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH), com discussões sobre o Programa IntegraTietê e o Capacita-SIGRH; **g)** De 4 a 8 de outubro, em Santiago (Chile), ocorreu a participação de representantes dos Comitês PCJ na Semana Regional da Água da América Latina e do Caribe, promovida pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL/ONU), com intercâmbio de experiências sobre governança e sustentabilidade hídrica; **h)** Realizou-se em 14 de outubro a 2ª Reunião

Extraordinária do Fórum Paulista de Comitês de Bacias Hidrográficas, com debate sobre a revisão do Manual de Procedimentos Operacionais de Custeio do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO); **i)** Em 17 de outubro ocorreu o 6º Seminário de Áreas Protegidas dos Comitês PCJ, promovido pela Câmara Técnica de Conservação e Proteção de Mananciais; **j)** Ocorreu em 21 de outubro o Encontro “Água e Sensibilização”, promovido pela Câmara Técnica de Educação Ambiental; **k)** Em 29 de outubro foi realizado o 8º Seminário de Saúde Ambiental, organizado pela Câmara Técnica de Saúde Ambiental, com debates sobre qualidade e segurança hídrica; **l)** Em 31 de outubro registrou-se o falecimento do Sr. Michele Consolmagno, em São Paulo, aos 78 anos, reconhecendo-se sua contribuição à gestão de recursos hídricos nas Bacias PCJ; **m)** Entre 4 e 9 de novembro foram retomadas as reuniões do Grupo de Trabalho Estiagem (GT-Estiagem), com foco no planejamento preventivo; **n)** Nos dias 13 e 14 de novembro ocorreu o 8º Workshop de Águas Subterrâneas, promovido pela Câmara Técnica de Águas Subterrâneas, na Universidade Estadual Paulista (UNESP), em Rio Claro; **o)** Dia 18 de novembro celebrou-se os 32 anos de instalação do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ); **p)** Ocorreu em 18 de novembro a Oficina de Revisão da Política de Mananciais dos Comitês PCJ; **q)** Em 13 de novembro foi referendada pelo CRH a revisão da Cobrança PCJ Paulista com encaminhamento à Casa Civil para edição de decreto; **r)** Em 26 de novembro ocorreu a aprovação da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União nas Bacias PCJ na 58ª reunião extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH); **s)** Em 3 de dezembro foi publicada deliberação da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (ARSESP), regulamentando a prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário por meio de soluções isoladas. **4.2. Agência das Bacias PCJ.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL passou a palavra para o Sr. Sérgio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ, que cumprimentou a todos e informou que: **a)** Em 2 de dezembro ocorreu em Brasília/DF, a cerimônia de celebração dos 25 anos da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). O evento foi marcado pela presença de diversas autoridades. **4.3. Membros dos Plenários.** O Sr. João José Assumpção de Abreu Demarchi, representante da Associação Ambiental Plantar e Coordenador da

Ata da 34ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, realizada em 11/12/2025, em Extrema/MG.

1380 Câmara Técnica de Conservação e Proteção de
Mananciais, informou que está em andamento o
processo de atualização da Política de Mananciais dos
Comitês PCJ, ressaltando a importância da
participação dos membros na revisão do instrumento,
1385 após 10 anos de sua vigência. Destacou que a
atualização dará prioridade às áreas de contribuição
dos reservatórios, especialmente do Sistema
Cantareira e dos novos empreendimentos, com ênfase
na gestão do uso e ocupação do solo para garantir água
1390 em quantidade e qualidade. Mencionou ainda o
1401

fortalecimento da articulação entre municípios e o
papel da Unidade Coordenadora de Execução (UCE)
no apoio técnico à implementação das ações previstas
na política. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a
1395 tratar e com autorização dos presidentes, o Sr. Denis
Herisson da Silva, representante da Secretaria de
Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo
e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ
FEDERAL agradeceu a participação de todos e deu
1400 por encerrada a reunião.

(assinado digitalmente)
**MYLENA NASCIMENTO RODRIGUES
DE OLIVEIRA**
Presidente do CBH-PJ1

(assinado digitalmente)
HELIO DONIZETE ZANATTA
Presidente do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL

(assinado digitalmente)
ADILSON RAMOS DE SOUZA
Secretário-executivo do CBH-PJ1

(assinado digitalmente)
DENIS HERISSON DA SILVA
Secretário-executivo do CBH-PCJ e
Do PCJ FEDERAL